

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, NOVA GOVERNANÇA E CAPITALISMO NA ERA DIGITAL: TENSÕES À CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA PEDAGÓGICA LOCAL

Coordenador: João Danilo Batista de Oliveira/UNEB

Andreia Machado Castiglioni de Araújo/UFBA

Camila Grassi Mendes de Faria/UFFS

Janete Palú/UFFS

Luzinete Barbosa Lyrio/UNEB

Palavras-chave: Capitalismo na era digital; Nova Governança; Soberania Pedagógica Local; Políticas Educacionais; Espaços em disputa.

1.Introdução

O macrocontexto atual está associado à realidade pós-emergencial (Pandemia da Covid-19), caracterizado pelo capitalismo digital, pela influência do novo neoliberalismo e a ascensão de novas formas e modos de Governança. Nesse viés, a compreensão do cenário econômico, geopolítico e suas implicações conjunturais, contribui para o entendimento das políticas educacionais que estão sendo conformadas em um contexto de crise democrática, em um espaço-tempo multifacetado, complexo e multirreferencial, com características próprias na realidade brasileira (Araújo, 2025; Saura *et al*, 2024; 2025).

Ainda nas primeiras décadas do século XXI, observa-se a ascensão da “Nova Governança”, em um contexto de ampliação das diferentes formas de privatização que, associadas ao avanço do capitalismo na era digital, limitam a construção da soberania pedagógica local na educação pública. Compreende-se aqui, que a “Nova Governança”, configura-se como a principal forma administrativa do neoliberalismo contemporâneo (Brown, 2019). Trata-se de um fenômeno em constante movimento e transformação (Palú, 2024) que associado ao contexto sociopolítico de retrocessos democráticos, contribui para um *déficit democrático* na produção das políticas educacionais (Ball, 2018) de modo a produzir implicações para este *modus operandi* da Nova Governança. Essa racionalidade, possibilita a atuação de novos atores políticos privados, em espaços e políticas que eram de atuação exclusiva do Estado e seus agentes, além de alterar a formulação e condução da política nas instâncias macro e micropolíticas. Uma das estratégias de difusão da Nova Governança é a formação e atuação de redes políticas conexas nacional e internacionalmente. Este formato intertransnacional e intertransglobal tem afetado a construção da soberania pedagógica local de estados, municípios e respectivas instituições educacionais públicas.

A Nova Governança, em sua dimensão técnico-científica-informacional (Faria, 2022; 2024), produz alterações de diferentes grandezas e escalas para os sistemas educacionais, alterando inclusive o conjunto de elementos que envolvem a gestão educacional, escolar e a organização do trabalho pedagógico. No Brasil, este fenômeno pode ser



identificado/materializado de diferentes modos, advindos da atuação conjunta de redes políticas, mercados, agentes estatais e sociedade civil. Entre as estratégias e os efeitos dessa configuração, pode-se citar o avanço do processo de plataformação do ensino, a ampliação do mercado de avaliações educacionais, além das agendas tecnoeducativas, que associadas à ideia de modernização e progresso educacional resgatam uma concepção eficientista e instrumental (Araújo, 2025; Saura *et al*, 2024; 2025).

Diante do exposto, este painel pretende trazer elementos conceituais para aprofundar a seguinte problemática: no contexto do capitalismo na era digital, como a Nova Governança tem limitado as possibilidades de construção da soberania pedagógica local?

Além desse questionamento, o painel se orienta pelos seguintes objetivos específicos:

- Compreender os fundamentos teórico-políticos da Nova Governança no contexto de capitalismo na era digital;
- Analisar como a Nova Governança favorece a ampliação de diferentes tipificações de privatização da educação e tensiona a soberania pedagógica local;
- Examinar como a Nova Governança reconfigura a educação pública e suas formas de gestão, em especial no que se refere à gestão democrática.

Pretende, assim, contribuir para o debate crítico sobre seus impactos na gestão democrática e nas políticas educacionais.

2. Metodologia, resultados e discussão

A metodologia utilizada para este estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter crítico e interpretativo. Tais pressupostos metodológicos, assumem predominantemente de natureza exploratória, o que justifica-se pela dinamicidade e hodiernidade desta temática. O estudo contempla, ainda, uma análise teórica e crítica da conjuntura e seu macrocontexto, bem como análise de documentos de políticas educacionais considerando os processos geopolíticos, históricos e educacionais em curso.

Este painel temático terá a duração de 90 minutos e, contará com a participação de cinco pesquisadores(as), sendo um o coordenador da atividade e quatro responsáveis por uma explanação oral de aproximadamente 15 minutos, reservando-se 30 minutos para o diálogo e ampliação das discussões com o público. Ao final das exposições, com interações mediadas por interface digital de código aberto (Nuvem de palavras, comentários e questionamentos simultâneos pelo <https://www.particify.de/en/>).

A temática será organizada em quatro subtópicos articulados entre si, de modo a permitir uma abordagem plural e aprofundada das intersecções entre a Nova Governança, o contexto de ampliação das diferentes formas de privatização e as agendas de expansão do capitalismo na era digital. As discussões serão orientadas pela produção científica recente, de modo a evidenciar como estes elementos vêm tensionando e limitando as possibilidades de construção da soberania pedagógica local dos sistemas de ensino e suas instituições de base.

Desse modo, serão aprofundadas as seguintes temáticas:

1. Macrocontexto geopolítico, capitalismo na era digital e influência na educação pública.



2. Nova Governança e os enigmas da esfinge neoliberal contemporânea: ressignificação de termos e conceitos na educação brasileira.
3. Nova Governança: a política educacional como produto e como produtora de novos mercados.
4. Nova Governança e políticas públicas sob pressão neoliberal: impactos na formulação, efetivação e avaliação de políticas educacionais.

3. Considerações finais

Entende-se que as políticas públicas contemporâneas, dentre elas as políticas educacionais, estão condicionadas por fatores, tais como: a reorganização geopolítica e a dominação financeira global; o avanço do neoliberalismo contemporâneo em um contexto de capitalismo na era digital; a fragilização democrática e a crescente captura do Estado por interesses privados. Nesse viés, torna-se urgente problematizar as novas formas de governança, bem como construir formas de resistência orientadas por uma perspectiva de democracia substantiva, que contribua para a construção de uma educação pública laica, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada.

Com esta proposta de discussão, pretende-se destacar que a Nova Governança tem favorecido a ampliação de variadas tipificações de privatização da educação pública. Também, há a compreensão de que esta racionalidade e *modus operandi*, tem alterado os percursos da educação pública, bem como suas formas de gestão aliada à mercantilização e financeirização da educação. Por fim, ressalta-se a necessidade de resistência coletiva e de construção de movimentos que priorizem a inclusão, a participação social e a transformação estrutural, buscando resgatar a função das políticas públicas como instrumentos de promoção da justiça social, da equidade e do fortalecimento da democracia.

Referências

- ARAÚJO, Andraia Machado Castiglioni. Digitalización y el macrocontexto actual en la Educación Postemergencia. **Journal of Supranational Policies of Education (JOSPOE)**, [S. l.], n. 23, p. 52–69, 2025. Disponível em: <https://revistas.uam.es/jospoe/article/view/22614>. Acesso em: 11 fev. 2026.
- BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (orgs). **Pesquisa em Políticas Educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024.
- BALL, Stephen. Política Educacional Global: reforma e lucro. In: **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa (RELEPE)**. V. 3, p.1-15, 2018.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- FARIA, Camila Grassi Mendes de. A privatização da política educacional brasileira: o papel do Movimento pela Base Nacional Comum na ampliação do modelo de governança de Estado. 2023. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2022.
- FARIA, Camila Grassi Mendes de. A política educacional como produto e como produtora de novos mercados: a reforma do Ensino Médio enquanto um modelo exemplar de uma política produzida sob a lógica da governança estatal. **Revista Ponto de Vista**. V. 13, n. 2. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2024.



PALÚ, Janete. **Novas formas e modos de governança e a gestão da educação e da escola pública: enigmas da esfinge neoliberal contemporânea**. 2024. 670 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/95173/R%20-%20T%20-%20JANETE%20PALU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 fev. 2026.

SAURA, Geo *et al.* Mitos EdTech: Fetichismo, Ejército Digital de Reserva y Estado Financiarizador en Educación. **REICE. Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia Y Cambio En Educación**, n.23, 2025. Disponível em: https://revistas.uam.es/reice/article/view/23_4_004 . Acesso em: 11 jan. 2026.

SAURA, Geo *et al.* Reforma educativa digital: Agendas tecnopedagógicas, redes políticas de governança e financeirização edtech. **Revista Educação & Sociedade. Campinas**. v. 45, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WpSyZrHPBnN5xcXnwrG57bH/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 16 jan. 2026.

